

Mercado é coisa de satanás?

Claudio de Moura Castro

As sociedades convivem mal com idéia de lucro. Não é só a brasileira, todas têm alguma pontinha de resistência. Contudo, em algumas, como a nossa, o ranço é bem mais indelével.

Se sobrevive essa antipatia ao lucro na fabricação de sapatos ou fogos de artifício, na educação, as resistências são ainda maiores. Após dois séculos de existência de escolas privadas, o lucro é um tabu que só agora começa a ser arejado e discutido com mais serenidade.

A “educação é um sacerdócio”. Assim se falava e ainda haverá quem o diga. Não obstante, é preciso lembrar que as becas dos professores medievais tinham bolsos e sua função era guardar o pagamento recebido dos estudantes.

O presente ensaio explora os acordos e desacordos provocados pela presença do setor privado na educação. Não se trata de uma defesa desta ou daquela posição, mas uma tentativa de enxergar além dos preconceitos e estereótipos.

A lenta e espinhosa aceitação do capitalismo

Quando a Revolução Industrial inglesa tomou corpo, houve um grande avanço no sistema de mercado, pois o volume de compras e vendas foi migrando da praça central das pequenas cidades para os grandes negociantes e fabricantes. Junto com a crescente escala de produção, o volume de comércio se expandiu em ritmo inaudito. Sendo assim, o sistema de mercado cresceu e se aperfeiçoou apesar de limitações que persistem, desde então.

Havia que entender esse mecanismo misterioso que prescindia do controle do Estado. Não parecia requerer nenhum idealismo, não mais do que a disposição para obedecer às leis da terra.

Duas figuras emergem em meados do século XVIII, desvendando o paradoxo. Em ambos os casos, eram explicações que colidiam com o senso comum.

O primeiro deles foi Bernard de Mandeville, celebrizado na sua fábula sobre as abelhas (*Fable of the Bees*), de 1724. Dele vem uma idéia fundamental, mas revolucionária na época: o mercado funciona não pelas virtudes das pessoas, mas pelos seus “vícios”. No caso, o termo vício se refere à busca dos interesses privados – em oposição a algum tipo de idealismo ou compromisso moral. Para

Mandeville, são os vícios privados que trazem o benefício público. Não é porque os produtores e comerciantes são bons ou generosos que encontramos o que precisamos no mercado. É o oposto, está tudo lá porque estão tentando ganhar dinheiro. Se possível, também se enriquecer.

Adam Smith, um respeitável professor de Filosofia Moral, aprofunda as explicações. De fato, constrói os fundamentos da Ciência Econômica no livro *Riqueza das Nações*, publicado em 1776.

Adam Smith confirma o paradoxo: A sociedade estaria mais bem servida quando todos buscam os seus interesses pessoais e tratam de ganhar tanto quanto possível.

Não serão os “vícios” uma virtude, criando o máximo de benefício para todos? É o cúmulo do paradoxo, o professor de filosofia moral dizendo que o mercado funciona porque as pessoas são egoístas.

Segundo ele, “não esperamos obter nosso próprio jantar da bondade do açougueiro ou do padeiro, mas do interesse de cada um deles”.

Vivendo em uma economia ainda tutelada pelo governo – a escola mercantilista reinava soberana – parecia inacreditável que esta intervenção permanente não fosse necessária, em uma sociedade em que os mercados funcionassem livremente, ao sabor das “leis da oferta e da demanda”. Chamando a atenção para a surpreendente capacidade dos mercados para se auto-governar, Smith usa a metáfora da “mão invisível”, gerando uma ordem e uma eficiência que dispensavam a presença diuturna do Estado.

Essa idéia desafiou a tradição das virtudes cristãs e de uma visão tomista da economia, com suas idéias moralizantes do “preço justo”. Mas sobreviveu incólume, até os dias de hoje. Há resmungos e um véu de ignorância que persiste, pois ainda hoje muitos esperam “justiça” nos preços de mercado.

Hoje entendemos as inúmeras qualificações e restrições aos resultados produzidos pelo mercado. Mas como idéia mãe, como princípio geral, continua tão válida quando na Glasgow do século XVIII, onde vivia Adam Smith.

Alguns autores mais contemporâneos têm sido taxativos. Por exemplo, Max Weber, apesar de ser sociólogo e não economista, não tem dúvidas: “no último século, prosperaram as nações que abraçaram o capitalismo sem hesitar”.

Milton Friedman, o mais conservador dos economistas contemporâneos, tampouco tem dúvidas: “A missão da empresa privada é gerar a maior quantidade possível de lucros...”. Exageros ou não, com a total dissolução na crença de regimes ditos socialistas ou comunistas, o mercado sobrevive, bem como as teorias que o explicam. As discórdias e controvérsias que permanecem dentre os economistas são mais de detalhes do que de substância.

Mas na opinião pública, o regime capitalista ainda não foi digerido e totalmente incorporado ao imaginário popular. O lucro ainda é “coisa de satanás”.

Há um elemento de antipatia por um sistema cuja lógica de funcionamento se apóia no egoísmo. O sistema de mercado não faz nosso coração palpitar. Todos nós temos uma veia idealista. Pode ser mais forte ou mais atenuada. Mas sobrevive sempre, no fundo, uma visão romântica de que a vida vivida por um ideal é melhor, mais reconfortante. Temos uma necessidade atávica de acreditar em algum conjunto de princípios. O socialismo, em todas as suas vertentes, é sempre mais simpático, mais amigo, mais próximo do Bem. Talvez por isso, sobrevive por tanto tempo o marxismo, apesar de sua incapacidade de gerar prosperidade material e de uma longa história de convivência hostil às práticas da democracia.

O melhor sistema de operar a economia que se encontrou não inspira, não entusiasma. Não vira bandeira para a juventude. Talvez esse seja o seu principal problema.

Economia de mercado rima com a qualidade?

Antes de mergulhar no mundo turvo da educação, vale a pena discutir um pouco a convivência do sistema de mercado com a qualidade. Isto porque, talvez o foco principal das controvérsias na educação tenha a ver com uma suposta incompatibilidade do lucro com a qualidade do ensino.

Vejamos onde está a qualidade nos produtos industriais. Patek Phillippe, Rolex, Rolls Royce e BMW são os melhores exemplos de qualidade em relógios e automóveis. Ao mesmo tempo, relógios russos e automóveis Lada não são ícones de excelência. Os automóveis da Renault só subiram nas avaliações de qualidade após a privatização da empresa. Se houvesse uma incompatibilidade entre lucro e qualidade, os melhores produtos deveriam vir de fábricas estatais.

Há muitas outras áreas onde a excelência é produzida por operadores privados. Shakespeare vendia suas peças. Os mais celebrados escritores contemporâneos são regiadamente pagos. O vil metal não parece prostituir as penas (e teclados) mais inspiradas.

Picasso vendia seus quadros, por bom dinheiro. Van Gogh não vendia, mas bem que tentou fazê-lo. O problema é que com suas cores tão bizarras não encontrou compradores.

A pesquisa médica faz prodígios e salva vidas. E pouco nos importamos em saber se são feitas por laboratórios privados ou universidades públicas. O mesmo com o melhor cuidado médico e os melhores cirurgiões. Só não se oferece esses serviços caríssimos quem não tem os meios econômicos. Mas não pairam dúvidas sobre a

sua qualidade. Por outro lado, tampouco se duvida da capacidade de organizações públicas ou semi-públicas de oferecer também serviços de qualidade.

Ou seja, o sistema de mercado e o lucro não colidem com a melhor qualidade na indústria e nos serviços - embora não tenham monopólio. Se isso é assim, para condenar o setor privado na educação será necessário demonstrar que as condições são muito diferentes tornando impossível ou improvável o mesmo desempenho superlativo de alguns operadores privados.

Avanços e recuos da educação privada no Brasil

Antes de explorar a natureza do ensino privado e seus meandros, vale a pena descrever os avanços e recuos das instituições públicas e privadas no país. Igualmente, vale fazer uma primeira distinção superficial entre diferentes tipos de instituições “não-públicas”.

Em anos recentes, o setor privado avança novamente. Digo novamente, pois no século XIX quase todo o ensino brasileiro era privado, como na maioria dos países. Podia ser religioso ou escolas criadas por professores. A exceção eram as pouquíssimas faculdades de medicina, direito e engenharia.

No início do século XX, começa a vigorosa expansão da rede de ensino público. Em muitos casos, era apenas questão de preencher os vazios gigantescos, pois começamos o século com uma cobertura de pouco mais que dez por cento das crianças em idade escolar, obtida pelo setor privado. Contudo, na década de 30, há uma formidável colisão entre os proponentes da escola pública e a igreja católica, ambos os lados representados por respeitáveis intelectuais.

Venceu a tese do ensino público. Como resultado, o privado continuou perdendo espaço, em todos os níveis. No ensino básico, restam pouco mais de 10% de matrícula no privado.

No superior, o público desde sempre predominou. Mais ainda, deu um grande salto a partir dos anos 60, com a criação de uma enorme rede de universidades federais, com muitas ambições e custos fenomenais. Mas este foi também o seu calcanhar de Aquiles. Sendo tão cara, acabaram-se os recursos, antes mesmo da grande expansão na rede básica e o conseqüente aumento de graduações no médio, ocorrido nos anos 90. Nesse momento, já não havia mais como expandir a rede federal, dado o seu altíssimo custo por aluno (equivalente ao que custa um aluno europeu).

Diante disso, com relutância, o MEC foi permitindo a criação de universidades e faculdades privadas. Hoje, quase 80% das matrículas estão no setor privado. E não há um cenário plausível de reversão desses números.

É preciso lembrar que o ensino privado não é um todo homogêneo. Convivemos no passado com instituições religiosas (católicas e protestantes). A figura do lucro não entrava em cena. Os memoráveis embates da década de 30 eram doutrinários: escola pública ou escola religiosa? Não era uma controvérsia entre privado e público, no sentido em que hoje se engalfinham os contendores.

Havia também um ensino privado laico. Mas eram alguns celebrados professores que criavam suas escolas. Tampouco eram vistos como conspurcados pelo vil metal.

O novo avanço no setor começa com os cursinhos. O vestibular unificado, nos fins de 60, cria espaço para um crescimento da matrícula por parte dos cursinhos tradicionais. Passa a ser possível preparar muitos alunos, ao mesmo tempo, pois fariam os mesmos vestibulares. Isso permite uma produção editorial em maior escala. Não havendo livros preparando para o vestibular, conquistam esse mercado e crescem.

Os donos são engenheiros e não professores. Têm uma visão de gestão e eficiência muito mais moderna. Operam em um mercado sem qualquer regulação. E há transparência instantânea para os resultados: o vestibular. Entre cinco a dez cursinhos se destacam no panorama nacional, pelo seu tamanho e expansão. Eles iniciam suas atividades em um setor que apenas marginalmente era considerado como educação. Assim sendo, declaram objetivo de lucro, sem criar maiores celeumas, além da monótona acusação de que nada mais fazem do que adestrar os alunos para marcar cruzinhas.

Mais adiante, os cursinhos vêm no ensino fundamental e médio uma saída para a relativa saturação dos seus mercados. Encontram território desprotegido para sua expansão. Sua agressividade no marketing, sua gestão mais eficiente e a produção de materiais didáticos próprios assegura o seu sucesso.

Em paralelo, o privado de fraca qualidade compete mal com a rede crescente de escolas públicas. As escolas de freiras são as primeiras vítimas. Também perdem terreno as laicas menos eficientes. O sistema privado vai sendo peneirado e sobram as escolas de alta qualidade, as que encontram nichos específicos (escolas Piaget, Montessori, americanas, francesas ou alemãs). E sobram também os ex-cursinhos, geralmente operando quase no topo da pirâmide da qualidade acadêmica. Aliás, mostrando que lucro e qualidade não são incompatíveis.

Mas a penetração da escola pública no ciclo básico é inexorável. E se a sua qualidade não convencia, a ausência de mensalidades é um argumento poderoso. Daí, o início da migração dos colégios privados para o ensino superior, afugentados pela expansão da rede pública. Todos o fizeram. Os padres, as

freiras, os ex-cursinhos. A eles se juntaram empresários e banqueiros sem experiência prévia em ensino, mas dotados de fundos generosos, experiência em gestão e um pragmatismo que sempre falta ao setor educativo.

Em fins dos anos 90, a lei passou a permitir que instituições de ensino superior declarassem fins de lucro. A legislação prévia não permitia. Antes disso, muitas instituições obviamente voltadas para o enriquecimento pessoal dos donos escondiam seus rendimentos, por via dos mais variados subterfúgios. Quase todas acumulavam gigantescos patrimônios imobiliários. Muitas empregavam toda a família e declaravam serviços domésticos, automóveis e iates como custos das empresas.

Ao permitir formalmente os lucros, cria-se uma migração das filantrópicas para a categoria das que declaram objetivo de lucro. Pagam impostos, mas não têm que dar satisfações a um governo sempre sedento de papeis e certificados. Em 2xxx havia xxx privadas com fim de lucro, em um total de xxx privadas.

O passo seguinte foi à chegada de instituições americanas – com fins de lucro - comprando ou associando-se a universidades e faculdades brasileiras. Muitos viram nas primeiras atividades dessas empresas (Laureate e Apollo) um prenúncio de desnacionalização do setor, com a conseqüente perda de soberania cultural. O susto foi maior do que a realidade, pois são pouquíssimas as instituições com fim de lucro no mundo. Na verdade, vieram as duas maiores. Uma delas vendeu de volta a sua parte para os sócios locais (Pitágoras) e, até o momento, não fez outros investimentos. Não há um cenário plausível para a desnacionalização denunciada.

A última etapa da conversão capitalista do ensino superior foi a meia dúzia de empresas que abriram capital, lançaram ações na bolsa de valores e captaram recursos no exterior. Com os fundos obtidos, abrem novos campi e iniciam também um processo de fusões e aquisições, comprando outras faculdades já em operação. Apesar do susto daqueles mais temerosos dos tentáculos do capitalismo, não parece que o total das matrículas das empresas de capital aberto possa ir muito além de dez por cento.

As faculdades e universidades de capital aberto são acompanhadas muito de perto pelos bancos que assistiram no processo de lançamento das ações. Esse acompanhamento constrange bastante a liberdade de ação delas. A experiência acumulada é muito curta e não permite um julgamento definitivo. Mas alguns traços podem ser percebidos. Os bancos esperam que as metas quantitativas sejam rigorosamente cumpridas. E não gostam nada de balanços no vermelho. Ou seja, implicitamente enviam sinais que podem ser interpretados como dizendo: “façam tudo o que for necessário para gerar lucros”. Mas transmitem

também um temor de que perdas de qualidade do ensino podem trazer conseqüências funestas. ¹

Recapitulando (e simplificando), o século XX presencia a expansão do ensino público. Já os séculos XIX e o início do XXI são marcados pela expansão do ensino privado.

Lucro na educação é coisa de Satanás?

Se na produção de aboboras e automóveis ainda há uma ponta de resistência contra o mercado e o lucro, na educação, a resistência permanece muito mais alta. Segundo alguns, a nobre missão do ensino é inexoravelmente conspurcada pelo capitalismo.

Sobrevive uma balbúrdia ideológica e intelectual. Vejamos:

“O espírito mercantilista, cujo apetite desenfreado deixaria qualquer especulador boquiaberto... [A única alternativa] seria a desapropriação imediata e irrevogável de toda e qualquer escola privada” (Groppa Aquino)

“Não gosto de escola privada que dá lucro” (alto funcionário do MEC, em seminário)

Estas citações são típicas da esquerda brasileira. São as mesmas idéias de décadas passadas. Demonstram que a presença do setor privado e do capitalismo na educação ainda é resistida ferozmente por alguns.

Contudo, alguns operadores privados se valem dos preconceitos vigentes para defender seus mercados cativos.

“A abertura indiscriminada de cursos nos últimos anos,... provoca uma turbulência na área de ensino superior” (dono de faculdade privada, em entrevista ao *Estado de Minas*,)

Trata-se de uma clássica defesa de uma reserva de mercado. Adam Smith já dizia que capitalista adora monopólio.

Há uma ala da esquerda que se rebela contra o uso de uma linguagem “capitalista” ou “neo-liberal”, para falar de educação. É a guerra das palavras, denunciando aspectos sinistros do ensino privado:

Educação não é ‘mercadoria’

¹ Maria Cristina Gramani, “A influência da qualidade na atratividade de instituições de ensino superior com capital aberto”, *Ensaio* (julho/setembro 2008)

*As escolas não devem fazer ‘comércio’
O ensino não é um ‘produto’
Alunos não são ‘clientes’
O ‘produtivismo’ não tem lugar na educação*

Quando examinamos o real significado de cada uma dessas afirmativas, podemos ver que não estão dizendo nada que possa ser verificado. Nada que possa ser confrontado com o mundo real, para que esse último nos diga se é verdade ou falso.

Não passam de frases que apelam para a emoção.

Por tudo que tem custos, alguém tem que pagar. No ensino público, pagam os contribuintes. No privado, pagam os alunos. Chamarmos essa troca de “venda” ou “comércio” não muda em nada a situação. Afinal, hóstias e bíblias são também compradas e vendidas. Se chamarmos educação de “produto”, pouca diferença faz a escolha dessa palavra ou de outra. As escolas podem ser vistas como “indústrias de educação”, pois operam uma “máquina” que recebe alunos ignorantes e “produzem” alunos menos ignorantes. Chamarmos os alunos de “clientes”, simplesmente sugere que são o objeto da educação e têm direitos que devem ficar claros - embora coexistam com o direito da instituição de definir os “serviços” que deseja oferecer, dentro dos marcos legais.

Há uma grande diferença entre insultos e afirmativas que podem ser objeto de verificação empírica. A escolha de palavras com forte carga emocional ou pejorativa em nada muda a inocuidade das afirmativas. Não passam de palavras lançadas a esmo, pelo seu efeito. Dito de outra forma, há acusações e críticas legítimas ao setor privado – que examinaremos adiante. Mas as reproduzidas acima não passam de uma guerra de palavras vazias.

A denúncia contra o “produtivismo” no ensino é bizarra, pois nega o princípio saudável de que devemos obter mais com menos recursos. Ao contrário das outras afirmativas que nada dizem, esta prega algo que contraria o bom senso mais elementar.

Todos cortam custos e maximizam receitas

Até agora, falamos de instituições e suas descrições externas e convencionais: públicas, privadas religiosas, privadas sem fins de lucro e privadas com fins de lucro. Há uma visão implícita de que são animais diferentes, com características muito próprias e distintas. E, de fato, o são. Contudo, têm muitos traços comuns. Examinaremos aqui as semelhanças e diferenças que parecem efetivamente existir.

De início, vale a pena notar que igrejas, salsicheiros, agentes funerários, escolas e filantropias têm comportamentos semelhantes em muitos aspectos. Todos tentam cortar custos e maximizar suas receitas. As organizações sadias sempre

tratam de obter mais resultados com os mesmos meios ou os mesmos resultados com menos meios. Ou seja, o desperdício é igualmente condenado nas fábricas e nas escolas. E a tentativa de obter mais receitas é igualmente universal. Nesse particular, não há qualquer diferença entre instituições filantrópicas e aquelas com objetivo de lucro.

Harvard, considerada como a melhor universidade do mundo, é uma instituição privada sem objetivo de lucro. Não obstante, busca furiosamente aumentar as suas receitas, por todos os meios possíveis. Usa seu nome e reputação para vender serviços de consultoria, projetos de pesquisa, cursos avulsos, seminários e canecas de café com seu brasão. Em um livro recente, o seu ex-reitor, Derek Bok faz algumas ponderações, achando que, em alguns casos, foi longe demais no seu comercialismo.² Mas o próprio fato de que tal crítica é feita por um professor e ex-reitor sugere que há padrões e expectativas de lisura e limites à busca de receita.

A tentativa de controlar custos e aumentar receitas não é estranha às universidades públicas. Uma boa instituição pública faz exatamente isso. Tenta eliminar gastos desnecessários, tenta obter mais com os recursos recebidos. E tenta obter mais receitas pela venda dos serviços que está autorizada a cobrar.

As boas universidades públicas americanas operam exatamente assim. A pós-graduação brasileira, nas públicas, é um bom exemplo de eficiência. Reduzem custos onde podem e tentam vender serviços de consultoria e de P&D. Além disso, concorrem pelos recursos dos fundos de pesquisa. Suas fundações permitem contornar as barreiras intransponíveis da legislação do serviço público.

Mas há diferenças também. Entendê-las corretamente é indispensável.

As instituições privadas, filantrópicas ou com fim de lucro, encontram penalidades severas quando vacilam nas tentativas de reduzir despesas ou aumentar receitas. No limite, se tornam insolventes e podem fechar suas portas. Ou seja, os incentivos negativos são muito fortes. A “mão invisível” de que falava Adam Smith, também estrangula. De fato, tanto quanto as promessas de enriquecer espicaçam os empresários, o medo de falir é um poderoso incentivo para ser eficiente.

Apesar das semelhanças, há uma assimetria entre as filantrópicas e aquelas com objetivo de lucro. Em ambas, a imprevidência pode levar ao buraco. Os déficits acumulados tanto podem ser impagáveis em umas como em outras. Não faz muito tempo, a PUC-SP sentiu na carne a proximidade de uma falência. Contudo, nas que têm objetivo de lucro, há o incentivo adicional de receber prêmios financeiros, na forma de dividendos, sempre que os resultados são bons. Nas filantrópicas que se contentem em não acumular prejuízos. Isso pode também acontecer nas que declaram objetivos de lucro, mas é menos freqüente. O que é

² *Our underachieving colleges* (Princeton, Princeton University Press, 2006)

mais comum é não conseguirem ter lucro, por incompetência ou pelas circunstâncias do mercado.

A diferença entre as públicas e privadas não é na receita para o bom desempenho – reduzir custos e aumentar receita. Em teoria, todas deveriam segui-la. O contraste com as privadas, é que as públicas não fecham, não vão à falência. Aliás, raramente a inépcia administrativa encontra punições comensuráveis com as barbeiragens ou negligências observadas. De fato, faltam prêmios e punições, na maioria das organizações públicas. Tanto é assim que uma das principais estratégias para obter mais eficiência nelas é criar incentivos e punições, de tal forma a estimular comportamentos semelhantes aos observados no setor privado. É isso que se consegue com os fundos competitivos para recursos de pesquisa, tão disseminados no Brasil. Ou, os adicionais de recursos orçamentários, como prêmio pelo bom desempenho, como se faz no Reino Unido e no Chile.

Voltando às privadas, há uma diferença relevante entre as que têm finalidades de lucro e as filantrópicas. Ambas têm forte interesse em aumentar as receitas e reduzir custos, isto é aumentar o excedente econômico. Contudo, não é o mesmo o destino dessa diferença entre receitas e despesas. As filantrópicas são obrigadas a reinvestir o que sobra. Nelas se chama excedente, nas outras é chamado de lucro. As com fins lucrativos, tanto podem reinvestir quanto distribuí-lo para os donos da empresa ou das ações.

Por crucial que possa ser essa diferença, em mercados altamente competitivos, muitas empresas com fins de lucro decidem não distribuí-los. Preferem reinvestir, para garantir sua fatia de mercado. De fato, conquistar ou não perder *market share* pode ser uma prioridade ainda mais importante do que distribuir dividendos. Sendo assim, esmaece muito a diferença entre as filantrópicas e as com fim lucrativo. Que diferenças haveria entre uma filantrópica que reinveste seu excedente e uma lucrativa que faz o mesmo? Esta pergunta não está induzindo uma resposta, apenas sublinhando que distinções legais podem não estar delimitando diferenças importantes no mundo real.

Finalmente, há que insistir: o status legal de filantrópica não necessariamente descreve uma índole ou uma identidade verdadeira. Muitas são filantrópicas com o objetivo de não pagar impostos e esconder os lucros, através dos subterfúgios conhecidos. Há também a categoria daquelas com fins de lucro que voltam a ser filantrópicas, por estarem dando prejuízo. Com a volta, deixam de pagar impostos e não perdem nada, pois não têm lucro para distribuir.

Nesse passeio pelas semelhanças e diferenças, podemos ver que as semelhanças são maiores do que as diferenças. Ademais, as boas públicas se parecem muito com as privadas. E as privadas com e sem objetivo de lucro são também muito parecidas. Em outras palavras, públicas e privadas deveriam cortar custos desnecessários e aumentar suas receitas. A diferença é que as privadas pagam

uma penalidade temível se não o fizerem enquanto que as públicas ineficientes têm mais condições de sobreviver com impunidade.

Só estuda quem pode pagar

Apesar de seus inegáveis méritos, o sistema privado é intrinsecamente injusto, do ponto de vista de oferecer as mesmas oportunidades a todos. Como praticamente não há subsídios para o ensino privado no Brasil, a totalidade dos custos é paga pelos interessados. E em um país pobre, pelo menos três quartas partes da população não teriam os recursos para pagar as mensalidades de um curso superior.

Essa é, de longe, a principal limitação do sistema privado. É um ensino que filtra os alunos pelo poder de compra seu ou de sua família. É óbvio, não há culpas ou maldades nisso. Alguém tem que pagar. Como o Estado não paga, tem que ser o aluno ou sua família.

Durante muitos anos, o número de famílias que podiam pagar ultrapassava o número de vagas no superior. Mas hoje, a impossibilidade de pagar as mensalidades se converteu no fator mais crucial, limitando a matrícula no superior.

Contudo, não se trata de um caso perdido. Há possibilidades de bolsas e empréstimos oferecidos ou apoiados pelo governo. Um pouco menos de um quarto dos universitários brasileiros recebem algum tipo de apoio financeiro. Compare-se com os Estados Unidos, um país muito mais rico. Lá, todo o ensino superior é pago, público e privado. Contudo, próximo da metade dos alunos recebe algum tipo de apoio financeiro (bolsas ou empréstimos subsidiados ou securitizados).

Para o governo, não é mau negócio dar bolsas ou empréstimos. Além de desinflar uma demanda política desgastante, os alunos do privado beneficiados com esses apoios custam muito menos do que aqueles matriculados em instituições públicas.

Quem oferece qualidade, quem opta por educar muitos?

Vale a pena perguntar que relação haveria entre o tipo de organização e a qualidade do ensino que oferece. Para isso, voltemos inicialmente ao que nos ensina a observação das empresas.

Há uma tendência ingênua de ver uma empresa como uma operação regida, de ponta a ponta, por imperativos induzidos pelo seu balanço. Pelo contrario, as

empresas decidem o que querem produzir, de acordo com o que percebem como suas vantagens comparativas, sua experiência passada e a situação do mercado. Podem escolher um produto mais refinado, mais complexo e talvez mais caro. Ou algo mais simples e que pode ser vendido em maior escala, por um preço mais acessível. Ou ainda, conquistar o mercado pelo menor preço possível, sacrificando a qualidade. Qualquer destas opções é possível. *A priori*, do ponto de vista da lucratividade do negócio, não se pode dizer qual será mais vantajosa. Rolex é mais lucrativo do que Swatch? A economia de mercado não manda produzir bom ou ruim. Diz para encontrar a alternativa mais interessante, do ponto de vista dos resultados.

O mesmo sucede com a educação. Universidades religiosas podem querer atingir um número máximo de alunos, mantendo uma qualidade aceitável. Em boa medida, é o que faz a ULBRA. Ou podem optar por oferecer a melhor educação possível, como faz a PUC-Rio.

Instituições com fim de lucro enfrentam as mesmas opções. Igualmente, tomam opções diferentes, de acordo com suas tradições e competências. O IBMEC escolheu o caminho de buscar a excelência, ainda que suas mensalidades elevadas limitem o número de alunos. De fato, seus cursos de administração e economia estão no topo da pirâmide do ENADE. O IBMEC do Rio de Janeiro tem fim lucrativo. O de São Paulo é uma organização filantrópica, não podendo distribuir lucros. Curiosamente, o curso de economia do Rio de Janeiro está substancialmente mais bem cotado do que o de São Paulo. Concluímos que lucro leva à maior qualidade? Certamente que não. Podemos apenas concluir que o mundo é mais complicado do que parece.

Outras universidades, também com fins de lucro, optaram pela quantidade. Para isso, precisam reduzir as mensalidades, com os correspondentes cortes de despesas. Portanto, oferecem um ensino mais modesto. UNIP, Estácio e Anhanguera podem ser exemplos. Qual será o limite inferior de qualidade socialmente aceitável? Ninguém foi ainda capaz de dizer. De concreto, só há as normas legais, em boa medida, respeitadas pelas grandes.

Sem os mesmos cálculos econômicos, as públicas têm que fazer opções semelhantes. No caso da rede federal, paulista e paranaense, a escolha foi pela qualidade. Inevitavelmente, os custos elevados refletem essa opção. Por isso, não são capazes de obter os recursos necessários para crescer a um ritmo que equivaleria ao das privadas.

Mas o público pode também optar pelos grandes números, com a penalização esperada na qualidade. A rede estadual do Ceará tem custos bem mais reduzidos do que as federais. Fora do Brasil, os exemplos são ainda mais eloquentes. A Universidade de Buenos Aires, a UNAM do México e a Universidade de Roma matriculam cada uma da ordem de 200 mil alunos. No caso da primeira, seus custos por aluno são um décimo do que custam as nossas federais.

Em um país como a França, as universidades têm custos por aluno equivalentes ao secundário público. E por serem pouco dispendiosas, puderam se expandir muito. São enormes. Em contraste, a França elegeu concentrar a qualidade nas Grandes Écoles, muito mais caras e de matrícula reduzida.

Afinal, têm todas os mesmos objetivos?

A discussão anterior chama mais a atenção para as semelhanças do que para as diferenças. Mas diferenças existem e podem ser profundas.

Na teoria, todos podem decidir que tipo de ensino oferecer, onde e para quem. Na prática, há grandes diferenças.

As públicas recebem um mandato da sociedade para cumprir certos papéis. Podem ir para regiões mais pobres ou problemáticas, para induzir o seu desenvolvimento. A expansão da rede federal para todos os estados foi uma política desse naipe. E, em grande medida, cumpriu seu papel. Os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste ganharam muito com a presença de grandes campi federais. Está por ser feita uma estimativa do seu impacto, mas tudo indica que não foi pequeno.

Podem e devem entrar em áreas estratégicas para o país. Isso é fundamental, diante dos custos elevados de algumas áreas, inviabilizando a operação de cursos privados. Agronomia é um caso clássico, com suas fazendas experimentais. O mesmo com medicina e veterinária, com seus hospitais-escola. Algumas áreas científicas, como astronomia, astrofísica, meteorologia e muitas outras dificilmente poderiam ser operadas pelo setor privado, na ausência de subsídios públicos. E obviamente, toda a pesquisa requer subsídios públicos pesados. Em geral, nas áreas requerendo laboratórios e oficinas caras e complexas não é viável cobrar dos alunos a integridade dos custos.

As universidades públicas costumam também, sobretudo no Brasil, operar os cursos mais elitizados. É o caso do ITA, do IME e outros.

Não obstante operarem nesses nichos vedados ao ensino privado, as públicas oferecem cardápios de cursos muito semelhantes aos das privadas. De fato, comparando os catálogos de ambas, são muito parecidos.

Naturalmente, é preciso esclarecer que tal inviabilidade financeira resulta de políticas públicas de restringir muito os subsídios ao setor privado (filantrópico e com fins de lucro). Em países como os Estados Unidos e Chile, os recursos de pesquisa alcançam públicas e privadas, igualmente. Dentre as mais celebradas, Harvard, Yale e Princeton são privadas. Berkeley e Illinois são públicas. Por consequência, a melhor pesquisa tanto ocorre em umas como em outras. Mas dadas as políticas brasileiras, somente as públicas têm acesso substancial aos

fundos de pesquisa. A PUC-Rio foi uma exceção, mas hoje recebe poucos financiamentos públicos para a sua pesquisa básica.

Diante desse marco legal, as privadas estão restritas ao que podem fazer com os recursos obtidos pela cobrança de mensalidades dos alunos e com alguns poucos projetos vendidos ao governo e às empresas. Portanto, sua margem de decisão é muito mais estreita.

O que está ao alcance das privadas é praticar subsídios cruzados. Isto é, usam o excedente de alguns cursos para subsidiar outros.

Emerge então uma diferença significativa entre as filantrópicas e aquelas com objetivos de lucro. As filantrópicas podem optar por finalidades sociais ou de interesse coletivo. Podem operar campi deficitários em áreas pobres. Podem manter cursos incapazes de gerar seus próprios recursos, cobrindo o prejuízo com o excedente de outros. São as políticas de subsídios cruzados: um curso financia o outro. O mesmo com a pesquisa. Universidades grandes reservam parte de seu excedente na graduação para financiar pequenos centros de pesquisa.

Vale um comentário acerca da lógica adotada pela maioria das universidades privadas americanas. Seus cursos de graduação, apenas cobrem os custos (no caso das mais famosas, nem isso). A pós-graduação e a pesquisa geram prejuízos substanciais, mas são necessárias para trazer prestígio à instituição – atraindo assim seus alunos de graduação. Para cobrir o prejuízo, operam seus cursos de verão, eventos, MBAs e outras atividades lucrativas. Ou seja, fecham seus balanços pelos subsídios cruzados.

Em princípio, uma instituição com objetivo de lucro teria poucas razões para operar cursos deficitários. Não foram criadas com a meta de atender a anseios da sociedade, mas para gerar lucro. Em boa medida, não têm interesse e motivação para operar cursos que não cobrem seus custos.

Contudo, por potente que possa ser essa lógica do lucro, o mundo real tem mais nuances. O objetivo de lucro das melhores instituições não colima apenas um lucro *imediato*, de curto prazo. Há também os objetivos de expansão e sobrevivência no longo prazo.

E para crescer e prosperar precisam operar no vermelho, em certas situações:

Novos programas. É o caso clássico que os economistas chamam de “indústria nascente”. Cursos novos podem ter um grande potencial de longo prazo, mas não cobrem os custos, logo após o seu lançamento.

Prestígio, status e imagem. A pesquisa, bem como cursos de grande prestígio, são importantes para a sua imagem. Daí o empenho de

muitas instituições em criar centros de pesquisa, mestrados e outras iniciativas que trazem uma imagem de instituição que busca o conhecimento ou a cultura.

Imposições legais. A legislação que rege o funcionamento das universidades prescreve a necessidade de pesquisa e pós-graduação *stricto sensu*. Daí inevitabilidade de manter mestrados ou centros de pesquisa. Pode ser o mínimo para evitar aborrecimentos com o MEC. Ou pode ir mais longe (como é o caso do IUPERJ, da Cândido Mendes).

Responsabilidade social. Instituições com fins de lucro não se sentem obrigadas por lei a ter uma agenda de responsabilidade social. Mas é prudente fazer alguma coisa nesta direção e quase todas fazem. Por exemplo, a Fundação Pitágoras implementa sistemas de gestão nas secretarias de educação de dúzias de municípios

A observação do ensino superior brasileiro sugere que as instituições com fins de lucro dão alguns passos em todas essas direções. Contudo, tentam encontrar um equilíbrio entre o que dá lucro, o que dará lucro no futuro e o que apenas traz uma imagem pública mais positiva. A cada um julgar se são pírias manobras para obter prestígio, para permanecer minimamente dentro da lei, ou se querem sacrificar benefícios substanciais em atividades desse tipo. Claramente, nesses assuntos, as instituições diferem muito entre si e as opiniões externas, mais ainda.

Em resumo, as públicas têm grande liberdade para agir em prol do interesse coletivo. Não dependem de fechar seus balanços com rendas próprias. As filantrópicas definem suas missões considerando também o bem estar coletivo. Mas não podem ir muito longe, pois só se opera um curso deficitário cobrando um “pedágio” dos outros que geram excedentes. As que definem objetivos de lucro operam exatamente com as mesmas limitações das filantrópicas. Contudo, sua motivação para cruzar subsídios é bem mais débil – o que não significam que não o façam com certa freqüência.

Como “controlar” o ensino superior? A mão invisível ou o tacão do Estado?

Nem tudo funciona às mil maravilhas, seja no privado, seja no público. Há abusos, há ineficiências, há inércia, há preguiça, há a ambição desmesurada de alguns, para aumentar o seu lucro. O que fazer?

Esse é o problema mais espinhoso. É fácil dizer que é preciso “mandar prender os tubarões do ensino”. É fácil dizer que as públicas são ineficientes e precisam de uma faxina completa. O problema está na implementação. As ferramentas de controle de que se dispõe não são boas e sua operacionalização pode ser politicamente inviável.

Começemos com algumas linhas de políticas públicas que merecem atenção. Não fazem todo o serviço, mas desbastam o mais grosso.

Marco legal

Em primeiro lugar, há as leis. Nelas se definem as regras mínimas de operação do ensino superior. Por exemplo, faz sentido especificar a titulação mínima dos professores, os computadores, os laboratórios e bibliotecas. Isso hoje é feito, mas talvez com detalhes bizantinos que acabam prejudicando.

Nas práticas correntes, após a autorização, não há mecanismos eficazes para verificar se os cursos continuam seguindo as prescrições legais. Com cerca de 30 mil cursos, não dá para fiscalizar nem uma boa parte deles. A solução pragmática que o MEC está estudando é fiscalizar apenas os que obtêm resultados insuficientes no ENADE.

Mas nem tudo pode ser verificado em uma visita de um par de dias. As aulas começam e acabam na hora certa? Os professores faltam?

É preciso conhecer as limitações do que pode fazer o marco legal. Não adianta a lei dizer que “todos os cursos devem oferecer educação de qualidade”. Não há como encontrar uma definição operacional do que é boa qualidade, que possa ser aplicada por inspetores. O mesmo vale para quase todas as ramificações de possíveis regulamentos tentando impor qualidade.

Portanto, a lei pode impor um mínimo de regras de funcionamento. Mas é pateticamente impotente, diante do desafio de impor “qualidade”.

Avaliações

Desde 1995 o Brasil adquire um valioso instrumento para medir a qualidade: o provão – seguido pelo ENADE. Praticamente não há outros países que tenham tido a coragem e a iniciativa de testar os conhecimentos dos alunos que se formam. Como nem alunos e nem cursos gostam de ser avaliados, essas provas encontraram uma oposição inicial feroz. Vencida a primeira barreira, na mudança de governo, novamente, a idéia quase soçobrou. Por pouco não desapareceu. Mas o ENADE sobreviveu. Ainda tem mais deficiências do que o Provão, mas cumpre o seu papel.

A idéia é simples. Se o Estado mede qualidade no fim do processo, o resto da fiscalização se torna secundária. Somente um curso muito fraco merece entrar na “UTI” do MEC, para ver de que enfermidade padece.

Em grande medida, a avaliação vem fazendo o seu trabalho de depuração dos cursos. Alguns, pela sua baixa qualidade, colidiram de frente com o MEC. Entram então as liminares e as brigas legais. Mas mesmo quando sobrevivem, os danos à

sua reputação não são menores. Portanto, mesmo diante do fracasso do MEC em fechar cursos, a penalidade por entrar no rol dos piores ainda é pesada.

Vários estudos demonstraram o impacto positivo do provão sobre os cursos. Em particular, na Administração e Odontologia foram feitos estudos sugerindo que havia se tornado um instrumento poderoso. No lado pitoresco, entram em pânico os coordenadores dos cursos com avaliações abaixo do esperado. Alguns, por falta de melhor idéia, mandam pintar o prédio. Alguns reitores ameaçam fechar os cursos com notas ruins, se não derem um salto no ano seguinte.

Os alunos passaram a olhar as notas, antes de escolher o seu curso. De fato, os cursos com notas A e B ganharam 10% a mais de candidatos. E os cursos com D e E perderam 40% dos seus candidatos. Nisso tudo, apesar de levar muito tempo para parar de dizer tolices estatísticas, a imprensa teve um papel importante de divulgar os resultados.

E a “mão invisível”?

O papel do mercado, com sua mão invisível, sempre foi olhado com suspeição por muitos. Os estatistas não entenderam Mandeville e, ainda menos, Adam Smith. Querem o tacão do governo.

Mas como já ficou sugerido acima pelo impacto do provão, o mercado pode funcionar. E, quase sempre, funciona.

Se os alunos sabem quais são os cursos bons e podem facilmente descobrir se têm uma boa relação preço-qualidade, a lei da oferta e da procura vai fazer o seu serviço, punindo os fracos e premiando os melhores. Os melhores serão mais procurados e os piores perderão alunos, como de fato aconteceu. Ainda que fosse ditatorial, o governo não lograria medidas tão brutais e merecidas, se comparadas ao estrago que o provão fez, dentre os cursos piores.

Contudo, a mão invisível nem sempre aproxima o benefício privado do interesse coletivo. Há um problema nesses mecanismos de escolha e no processo darwiniano de sobrevivência do mais apto. O diploma superior traz status. Há também benefícios que vão de prisão separada a reservas de mercado para esta ou aquela profissão. Sendo assim, para muitos alunos, a melhor escolha é um curso que dê o menor trabalho possível, já que apenas querem o diploma. Se o curso atende aos requisitos legais, torna-se muito difícil mudar essa equação. Ou seja, cursos fracos não vão naufragar, por serem enfeitados pelos alunos. Pelo contrário, no limite, podem ser escolhidos justamente por isso.

Nesse caso, o grande culpado é a prática de estabelecer, por lei, reservas de mercado. Há casos em que há reais riscos e perigos, advindos de uma prática incompetente. Neles, a reserva de mercado se justifica. Na maioria, não passa de um privilégio disfarçado.

Como Adam Smith já havia dito, nos idos do século XVIII, o mercado não funciona em toda e qualquer circunstância. Para que produza os resultados esperados, precisa de determinadas condições – que os economistas chamam de Concorrência Perfeita.

O mercado só funciona se a informação flui livremente. Se não ficamos sabendo quem é quem, quem oferece o quê, a concorrência não faz o seu serviço. Nesse sentido, a imprensa tem tido um papel importante, juntamente com a Internet.

A concorrência é a chave de tudo. Mas só há concorrência se houver um número razoável de operadores. Todos tentam vender mais e mais caro. Atingirão seus objetivos, se não tiverem concorrentes. Portanto, há uma condição clássica de sucesso do mercado: a liberdade de entrada. Tomemos um mercado altamente lucrativo, pela presença apenas de um ou dois operadores. Se é permitido abrir mais faculdades, outros serão atraídos, já que buscam conseguir também os seus lucros excepcionais. Mas ao entrarem no mercado, a concorrência se acirra e os preços vão cair. Isso é o que dizem os livros de introdução à economia, descrevendo uma situação que não está longe do que se passa em muitos mercados do mundo real.

Portanto, chegamos aí ao primeiro impasse. É preciso permitir o acesso aos mercados do ensino superior. Acontece que as políticas públicas, frequentemente manejadas por pessoas com alergia à iniciativa privada, querem se ver livre das faculdades particulares. Assim sendo, dificultam a sua autorização. Ora, isso significa tão somente impedir o mercado de funcionar. Se não entram concorrentes, quem já está lá usufrui das vacas gordas do monopólio. E monopólio privado é, pelos menos, tão ruim quanto o público.

Com mais de três quartos dos alunos no setor privado, sem a ajuda da concorrência de mercado, a tarefa de controlar tornam-se impossíveis.

De seu lado, o setor privado fala duas línguas. A língua dos que querem entrar, pregando então liberdade para se estabelecer. E a língua dos que já estão lá, pregando um ferrolho. Fazem par com os defensores do ensino público que, por razões diferentes, não querem a expansão da rede privada. Ambos militam contra o funcionamento do sistema de mercado.

Podemos discutir se país deve ter um ensino superior privado. Trata-se de uma discussão doutrinária – com óbvias repercussões práticas e financeiras. Mas depois que o setor privado matricula três quartos dos alunos, deixá-lo funcionar pela metade significa trazer os seus vícios, sem permitir que a concorrência traga os benefícios.

Vale a pena discutir um setor praticamente ignorado. Em um ensaio passado, falei da “educação invisível”. Estimativas que fiz, com Elenice Leite, mostraram que existe um mundo de cursos e treinamentos, de todos os tipos e feitos, que são totalmente ignorados pelo governo. Nem entram nas estatísticas de

matrículas e nem nos orçamentos conhecidos e tabulados. Esse mundo consome quase 5% do PIB. É quase tão grande quanto o outro da educação acadêmica, do Sistema S e outras iniciativas mais visíveis.

O Estado não toma conhecimento desse mundo, para o bem e para o mal. Não há sistemas de regulação, autorização, avaliação ou o que seja. É um mundo controlado exclusivamente pelas leis da oferta e da procura. Se quisermos saber se o mercado desregulado funciona, poderemos ter uma boa amostra examinando esse mundo invisível da educação e da formação profissional. Não há avaliações. Seria leviano afirmar se funciona melhor ou pior. Mas o fato é que gera menos reclamações do que os sistemas supostamente controlados pelo Estado. Fica a provocação.

Como lidar com os abusos?

Até aqui, falamos de sistemas de regulação, visando acompanhar o funcionamento do ensino superior. Enfatizamos o setor privado. Mas os problemas com as universidades públicas são, pelo menos, tão sérios.

Desde sempre, prevalece a idéia de moderar os “vícios” com incentivos e puxões de orelha, para que não se criem distorções e os cursos atendam aos interesses sociais.

Diante dessas preocupações, há aqueles que afirmam bastar boas leis e a concorrência de mercado. De acordo com a tradição, capitalismo não precisa de altruísmo para funcionar bem. Justamente, esse é o seu segredo.

Na economia, temos um século de história de legislação para limitar ou eliminar monopólios. Em contraposição, no ensino superior, há forte oposição ao princípio da liberdade de abrir cursos. Está permanentemente ameaçada por aqueles que não gostam do setor privado.

Mas há abusos, reais e imaginários, legais e ilegais. Como existem e não são tão infreqüentes, é preciso lidar com eles.

A acusação mais freqüente se volta contra os lucros excessivos. Quanto a isso, gostemos ou não, o Estado não tem armas eficazes. O que é lucro excessivo? Quanto por cento? Ninguém se põe de acordo. E se houvesse acordo, como medir se ocorreram realmente?

Na prática, se há pouca oferta, no país como um todo ou em fisioterapia na cidade de Cabrobó, os excedentes tendem a ser altos. Com eles se financiaram as expansões de algumas das mais respeitadas universidades privadas. Contudo, o único remédio prático é o aparecimento de concorrentes, atraídos pelos lucros pródigos.

É interessante observar que na área de maior expansão, a Administração, a concorrência tem levado a uma queda sistemática de mensalidades, ano após ano.

Há um problema prático com essas soluções de mercado: levam tempo. Não se criam cursos de um dia para o outro. E a opinião pública é impaciente.

Outra acusação freqüente é que algumas instituições ludibriam os alunos. Isso pode significar duas coisas diferentes. Pode deixar de cumprir a lei. Nesse caso, a solução é óbvia, desde que o MEC esteja aparelhado para lidar com esses desvios. A outra situação é bem menos transparente. Trata-se da prática de oferecer um curso que vale bem menos do que é cobrado. Esse é um caso em que a ação do Estado é muito limitada. Quem calcula a relação de custo-resultado, para dizer que houve um ilícito? E quem disse que é ilícito? O mais que se pode fazer é disseminar tão bem quanto possível a informação e esperar que a concorrência faça o seu trabalho.

Politicamente, é uma resposta pouco satisfatória. Mas não há muito mais a se fazer.

Possivelmente, o Brasil é um dos poucos países em que já houve guerra de preços em educação superior. Em geral, é uma concorrência desleal de operadores com folga de recursos, fazendo o *dumping* da educação sobre outros menores. As leis anti-dumping foram feitas prevendo tais eventualidades. Mas não há precedente de sua aplicação na educação. Ademais, é difícil a montagem de um processo legal convincente. Seja como for, na ordem geral das coisas, essas guerras de preço são casos isolados. É difícil imaginar neles uma ação de governo que faça mais bem do que mal.

Uma área em que seria fácil fazer progressos muito rapidamente seria contra a propaganda enganosa. Faz todo sentido ter uma legislação rigorosa, exigindo o cumprimento de que foi prometido. E que as promessas não podem ser mudadas retroativamente. Muitos ruídos e desencontros seriam evitados se houvesse leis obrigando a cumprir o prometido.

Resumindo, há e haverá abusos. Como em qualquer outra área, há operadores inescrupulosos e incompetentes. Não há qualquer base factual para dizer se na educação superior há menos ou mais problemas. Seja como for, é preciso lidar com eles.

Em grande medida, precisamos de uma legislação clara e boa capacidade de fazê-la cumprir. Os lucros excessivos, ao contrário do que gostariam alguns, não são debelados por leis, mas favorecendo um ambiente de negócios que estimule a concorrência e não permita monopólios.

Há problemas de contravenções banais, ferindo os códigos civis e penais. É assunto de processo e polícia. Não chegam a ser problemas de educação.

Resta insistir em duas dificuldades inamovíveis. Em primeiro lugar, as correções podem levar tempo, impacientando a sociedade e prejudicando alguns alunos. Em segundo lugar, não se legisla qualidade. Pode-se exigir um mínimo suprimento daqueles fatores que podem ser contados e medidos. Mas o resto, que tende a ser ainda mais importante, não pode ser controlado por leis.

Conclusões pouco conclusivas

O presente ensaio entra nos assuntos espinhosos e controvertidos da presença do setor privado no ensino superior. Ainda mais sensível é a presença de empresas com objetivo de lucro operando nele.

Nem tanto ao mar e nem tanto à terra, é o que mostra uma análise tão desapassionada quanto pode o autor. O setor privado não merece ser demonizado. Isso tanto é verdade para o filantrópico como para as empresas com objetivo de lucro. Aliás, observando de longe, as diferenças tendem a ser relativamente pequenas. De resto, há pouca experiência no mundo do ensino superior com fins de lucro. Não obstante, não é sem máculas e pecados.

Vejamos algumas observações de caráter geral, sugerindo mais proximidade do que distância entre os diferentes operadores:

- Nenhuma instituição privada pode gastar mais do que arrecada (deveria ser assim para as públicas também, mas a situação é mais turva)
- Todas têm interesse em reduzir seus custos e aumentar suas receitas, sejam filantrópicas ou com objetivos de lucro. Ou seja, aumentar o excedente.
- Todas tentam “vender” mais, ganhar visibilidade e identificar nichos de mercado insuficientemente atendidos.
- As filantrópicas têm maior propensão a operar em áreas deficitárias, praticando subsídios cruzados. As outras também o fazem, mas possivelmente, por razões distintas.
- As diferenças maiores são entre as competentes e as incompetentes, muito mais do que na sua declaração de ter ou não lucros.

Há boas instituições filantrópicas. Há falsas filantrópicas. Há instituições com fins de lucro que são exemplares. Outras, nem tanto.

Comparadas com as públicas, as privadas tendem a ser mais bem administradas e mais eficientes. Mas nem sempre. Há dinossauros públicos agindo como gazelas.

E há instituições privadas passando por gazelas mas, no fundo, não passam de dinossauros.

A ruindade tem muitas vertentes. Há escolas fraquinhas, por conta de sua incapacidade de recrutar alunos melhores. Cumprem a lei, mas os alunos entram sabendo muito pouco. Há escolas que podem estar cumprindo a lei, mas cobram demais e oferecem pouco. Finalmente, há escolas inescrupulosas, burlando a lei. E todas ocorrem com todas as bandeiras.

Infelizmente, a ideologia encharca boa parte das discussões. Não há pragmatismo e falta uma visão mais analítica do que está acontecendo. As denúncias de atuação predatória não encontram respaldo na observação da realidade – embora casos isolados possam existir. O presente ensaio sugere que estamos diante de diferenças sutis e, as vezes, inexistentes.